

SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luisa; CASTRO, Paula; SOUSA, Paulo Silveira e (org.) – *A Pandemia Esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, (348 p.)

Editado em 2009 com a chancela da Imprensa de Ciências Sociais, saiu a público um interessante volume de 348 páginas onde se encontram compilados uma série de quinze artigos subordinados ao tema da pandemia de gripe de 1918-1919. *A Pandemia Esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica*, título que revela uma desejável e muito aguardada incursão na História da Saúde, foi motivada por um projecto de investigação que lhe esteve subjacente, bem como pelo Colóquio Internacional “Olhares sobre a Pneumónica”, realizado em Novembro de 2007 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Prefaciada por Cristina Bastos, que não resistiu a encontrar na realidade do tempo presente as reminiscências e analogias de uma doença que ainda hoje nos espreita sob o véu de uma aparente periodicidade, esta edição mostra-se ainda mais oportuna pela forte mediatização que rodeou os receios generalizados de uma possível pandemia em 2009, e que no rescaldo do fenómeno de apreensão global acabou por não passar de uma “falsa” pandemia.

Ao revisitar uma doença passada, a visão imposta pelos diferentes autores serviu para sublinhar de forma vincada a importância do mosaico transdisciplinar na construção da memória, e dos múltiplos enfoques a que esta pode ser sujeita. Ao entrecruzar discursos, visões e análises diversas, os organizadores conseguiram criar um conjunto harmónico, a partir do qual podemos reflectir sobre a realidade sanitária da Iª República, sobre os desafios colocados por um problema de saúde pública de dimensões inauditas, ou mesmo fazer um paralelismo com as presentes concepções, ideias e dificuldades suscitados pelos actuais problemas sanitários.

Ao folhear cada capítulo, somos confrontados com um episódio particularmente significativo no decurso de um biénio (1918-1919) que se mostrou difícil de gerir para a República, com as consequências demográficas, económicas e sociais inerentes a uma doença que não poupou nenhum estrato populacional. Para o que aqui interessa, a pandemia de 1918 foi o primeiro de três episódios pandémicos que o século XX conheceu. A segunda foi a gripe asiática em 1957, e a terceira foi a de Hong Kong em 1966, sem que qualquer uma destas últimas tenha atingido nem de longe o grau de gravidade nem a quantidade de óbitos da primeira, expressa em cifras que rondaram aproximadamente os 40 milhões de mortos em todo o mundo. Em Portugal, os números teriam sido bastante superiores aos 100 000 mortos.

Estes novos e oportunos “*Olhares comparados*”, justificam-se pelo facto de até agora não ter surgido nenhum estudo recente sobre o impacto da gripe de 1918 em Portugal, com as honrosas excepções aportadas pelo trabalho de João Cúcio Frada, que em 1998 deu a conhecer um estudo em forma de tese de doutoramento, a todos os títulos seminal e incontornável, posteriormente editado em livro em 2005, (*A Pneumónica em Portugal Continental: Estudo Socioeconómico e Epidemiológico, com Particular Análise do Concelho de Leiria*) ou ainda o não menos referencial *A Pneumónica no Algarve*, de Paulo Girão, editado pela Caleidoscópia em 2003.

Nesta nova obra, organizada por José Manuel Sobral, Maria Luísa Lima, Paula Castro e Paulo Silveira e Sousa, somos levados a aprofundar conhecimentos sobre a pneumónica não só em Portugal mas também noutras partes do mundo, uma vez que os “*Olhares*” portugueses se entrecruzam com outros “*Olhares*”, neste caso “*comparados*” com o Brasil, Espanha e Reino Unido. Inscrevem-se sobretudo numa perspectiva demarcadamente histórica, mas também antropológica, psicológica, demográfica e sociológica, favorecendo a interligação transdisciplinar na interpretação do fenómeno histórico.

Seguindo o subtítulo, os estudos agrupam-se em três áreas temáticas principais de extensão homogênea: a “Pandemia no seu tempo”, com seis trabalhos; seguido de “A pandemia e os saberes médicos” com quatro estudos, e os restantes cinco englobados nas “Imagens, representações e atitudes face à pandemia”. Não se fugiu a uma das finalidades expressas na introdução, ao oferecer uma perspectiva global da doença, onde a realidade portuguesa se insere sem grande dissonância no contexto internacional, mas onde é possível identificar algumas circunstâncias e particularidades do percurso da doença, e ainda das respostas emanadas dos poderes públicos.

Se na primeira parte David Killingray expõe uma síntese sobre a doença em termos mundiais, José Manuel Sobral e os demais organizadores do livro seguem-no com um estudo semelhante para o território português, ressaltando as respostas dos responsáveis políticos e autoridades sanitárias perante o problema e mostrando as carências estruturais em matéria de saúde pública. Seguidamente, Anny Silveira relata-nos em modo de crónica o trajecto da doença no Brasil, desde o momento em que esta se manifesta nesse país sul-americano. A particularização demográfica sobre o impacto da sobremortalidade em Portugal para 1918 é-nos aportada por Mário Bandeira, não faltando ainda dois capítulos com resumos dos estudos já referidos de Paulo Girão e João Cúcio Frada.

Na segunda parte, são colocados em relevo os problemas ditados pela impotência dos saberes médicos, acompanhados pela virulência e propagação incontrolável do vírus. No artigo de Beatriz Dávilla salientam-se as lições de 1918, comparando as medidas sanitárias da época com as tomadas perante a síndrome respiratória aguda (SRA) de 2003. Numa toada algo diferente, mas ainda abrigada pela problemática dos conhecimentos/desconhecimentos médicos, Liane Bertucci disserta sobre as dúvidas dos médicos brasileiros acerca da natureza microbiana da doença, ao passo que Maria Porras Gallo debruça-se sobre as tentativas espanholas de elaboração de uma vacina específica para combater a gripe, a falta de consenso e as limitações próprias de uma medicina muito marcada pelo paradigma bacteriológico. As tensões entretanto geradas no seio da comunidade médica e as respostas dos poderes públicos ocupam mais um artigo dos organizadores, onde não deixam de analisar de forma bem sistematizada a epidemia na imprensa e o problema gerado num país em aparente clima de transição de paradigma sanitário.

Na última parte, aquela que mostra de forma mais objectiva as imagens, representações e atitudes face à pneumónica, os quadros traçados pelos diversos autores transportam-nos para as expressões mais evidentes da vivência social e humana. Rita Garnel destrinça o emaranhado de problemas colocados à sociedade civil, passando pelo significado simbólico dos enterramentos e pelo papel das organizações de saúde e assistência não governamentais, em particular da Cruz Vermelha. Daniel Melo repassa as referências à gripe nos domínios da literatura de ficção, de memórias e da fotografia, onde realça o contraste entre a escassa atenção dada à doença e aquela dispensada, ainda no mesmo ano, à figura de Sidónio Pais. A importância da comunicação do risco nos média e o modo como a doença era apresentada na imprensa face aos demais problemas da época, foi o âmage do estudo de Maria Luísa Lima e colaboradores. De seguida, Paulo Silveira e Sousa e colaboradores apontam os pontos comuns e as diferenças entre a pneumónica e a epidemia de tifo que a precedeu em 1917 no Porto. O livro encerra-se com mais um texto em co-autoria dos organizadores, onde se esquadrinha o comportamento da Igreja perante o fenómeno pandémico, observado através dos discursos do clero e das diferentes interpretações que a própria doença suscitava, sem esquecer o reordenamento das relações com o Estado durante o consulado sidonista.

Acreditamos que este livro será particularmente apreciado pelos meios académicos que se debruçam sobre as implicações das doenças enquanto fenómenos incontornáveis no desenrolar do processo histórico, mas igualmente interessante para os profissionais de saúde, que facilmente se podem rever nos discursos, dúvidas e esforços entretanto desenvolvidos no sentido de conter um surto para o qual faltavam respostas técnico-científicas adequadas.

Não deixamos de saudar e realçar o sentido “ecuménico” suscitado em redor da pandemia, feito por parte de várias disciplinas das ciências sociais e humanas, e que neste ensaio souberam conciliar visões e abordagens entrecruzadas. A memória colectiva evocada pela gripe de 1918 fica devedora deste conjunto de estudos, contributo a ter em conta na construção historiográfica de um episódio ainda pouco abordado pela investigação dedicada à História da Saúde em Portugal.

Rui Manuel Pinto Costa

Investigador do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar
“Cultura, Espaço, Memória”)

Recensão

SANTOS, Cândido dos, *Jansenismo (O) em Portugal*, Porto, Faculdade de Letras / Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2007, 312 pp.*

Falar de *O Jansenismo em Portugal*, do Mestre jubilado desta Casa Doutor Cândido Augusto Dias dos Santos é tarefa que começa por suscitar em mim agradáveis reminiscências do ano lectivo de 1970/71, ano em que fui S. aluno na disciplina de *História Moderna e Contemporânea*. É que a temática de fundo deste S. livro fazia parte do programa do 1.º semestre (dedicado à História Moderna) da cadeira em causa. Ao manusear pela primeira vez a Obra agora publicamente apresentada, logo me deparei com um leque de problemas, figuras e eventos que há 30 e muitos anos me foram algo familiares: graça e livre arbítrio, Molina, Jansénio (e a influência de St.º Agostinho), Arnauld, Pascal, Saint-Cyran e Quesnel, a bula *Unigenitus* ou a «paz clementina» *et aliis*. Entre os referenciais bibliográficos estavam os 2 volumes que o Seu ulterior Mestre parisiense e orientador da tese doutoral Jean Delumeau, dr. h.c. por esta Casa (1984), dera entretanto à estampa na colecção «Nouvelle Clio»: *Naissance et affirmation de la Réforme* (de 1968) e *Le Catholicisme de Luther à Voltaire* (saído justamente nos primeiros meses de 1971).

Avançando, o livro hoje lançado consta de duas partes:

§ Uma primeira, de estudo da temática em apreço, com o título «Augustinismo heterodoxo. O jansenismo em Portugal»;

§ e uma segunda, constando de uma série de 9 textos e estudos documentantes da problemática de fundo.

Fazendo um pouco o percurso do volume, direi que na secção de abertura intenta o Doutor Cândido dos Santos um ponto da situação europeia sobre jansenismo e jansenismos. Como escreve (p. 5): «*Em rigor, o jansenismo é um debate teológico, em que Jansénio procura contribuir para a solução de um problema que o Concílio de Trento deixara em aberto: o das relações entre a graça de Deus e a liberdade humana*». E subseqüentemente

* Intervenção na apresentação pública da Obra em causa, Porto, FL/UP, 2009/03/06.

nos é chamada a atenção para uma série de autores veiculantes de posições pessimistas sobre a condição humana depois do pecado original, com o homem «*corrompido [e] ferido totalmente na sua natureza*». A tal respeito se referem nomes e Obras dos finais de Quinhentos, tais como o lente de Lovaina Miguel Baio e os jesuítas Leonardo Lésio e (sobretudo) Luís de Molina (autor que foi objecto de uma tese doutoral em *Filosofia*, nesta Casa, em 1977)¹.

Cornélio Jansénio, também Mestre de Lovaina, representa um afastamento em relação aos nomes precedentemente referidos, *maxime* em relação a Molina e ao *molinismo*, e um retorno á pureza dos ensinamentos de St.º Agostinho em matéria de graça e predestinação, isto no âmbito de uma Obra significativamente intitulada *Agustinus* [e cito apenas a primeira palavra de um longo título], postumamente editada em 1640. Como escreve mais adiante o Dr. Cândido, (p. 7): «*Os pontos fundamentais da doutrina jansenista podem resumir-se assim: Adão no estado de justiça; Adão depois do pecado original; Graça suficiente e graça eficaz; As acções dos filósofos; A predestinação; [e] universalidade da redenção ?*».

O segundo ponto do texto da Obra, «Quesnel e a bula *Unigenitus*» (pp. 10-12), representa um avanço cronológico (para os finais de Seiscentos / alvares de Setecentos) e um alargamento da problemática. Referido no título, o oratoriano Pasquier Quesnel publica em 1695 umas *Réflexions morales sur le Nouveau Testament*, onde, a propósito de graça e predestinação, se defendem ideias tais como:

§ sem a graça tudo o que há no Homem é mau;

§ todos os que Deus quer salvar salvam-se infalivelmente;

§ todo o amor que não seja amor sobrenatural de Deus é mau;

§ a Igreja compõe-se apenas de justos e escolhidos.

A Obra será condenada por bulas de Clemente XI, em 1708 e 1713 (esta última é a já mencionada *Unigenitus*).

Subsequentemente, o jansenismo setecentista «*acaba por se transformar historicamente num movimento multiforme que ultrapassa a fronteira da dogmática e da moral*» (p. 11), para atingir umas (porventura insuspeitáveis à partida) dimensões políticas. Como escreve o Autor (p. 12), «*Condenando o jansenismo, a constituição Unigenitus atacava o poder temporal e legitimava a deposição de reis e imperadores. Sem o pretender indirectamente a bula induziu a conjunção do jansenismo e do galicanismo na sua mais ampla expressão*».

É pois este (relativo) esvaziamento doutrinal e esta invasão da esfera do político que permite, a propósito do século XVIII, de momento para momento e de lugar para lugar, falar de *jansenismos*, como o Autor reafirma ao encerrar esta prévia contextualização europeia.

É a partir do ponto 3. do S. estudo que o Doutor Cândido dos Santos aborda *ex professo* a questão do jansenismo entre nós e da relação de meios jansenistas holandeses com Portugal.

Cenário: os tempos pombalinos e particularmente o ano de 1763, quando são nomes sonantes da *sociedade política* um Sebastião José de Carvalho e Melo, obviamente, um D. Luís da Cunha (II de seu nome) e um Tomé da Corte Real. Ora Pombal era alguém reconhecidamente simpatizante com a «escola de Port-Royal», *praça-forte* do jansenismo francês; o que ajuda a explicar o interesse dos congéneres flamengos pela situação religiosa do nosso País. Vivendo este uma conjuntura que é a do recente ostracismo pedagógico da

¹ ROMANO, Orlando – *Molinismo (O) em Portugal*, Porto, s.e., 1977.

Companhia de Jesus e o cometimento de tais responsabilidades a outras ordens religiosas. Na congregação do Oratório, concretamente, é Mestre de *Teologia* a partir de 1761 o P.^o António Pereira de Figueiredo, uma figura que, e pelo menos desde a década de 80 do século que passou, está na primeira linha dos interesses intelectuais do Autor, que em 2005 nos deu um substancial volume em torno da sua vida, do seu pensamento, da sua acção. Ora o ensino de Figueiredo terá sido algo que permite ao Autor escrever que «*Parece que os ventos soprados de Utrecht se tinham feito sentir em Portugal: as ideias jansenistas e regalistas avançaram com a bênção de Pombal e a colaboração prestimosa de Pereira de Figueiredo, entre outros*». O Doutor Cândido menciona a seguir as afinidades entre o S. biografado e o teólogo francês emigrado na Holanda Gabriel Duparc de Bellegarde; para mais adiante, e ao longo 9 exegéticas páginas, versar «graça e predestinação» em Pereira de Figueiredo (pp. 27-36).

A partir deste ponto os protagonistas multiplicam-se no seio de «figuras influentes do pombalismo», a propósito da sua relação de maior ou menor proximidade em relação ao ideário jansenico, casos de D. João Cosme da Cunha, arcebispo de Évora, de D. Francisco de Lemos, reitor-reformador da Universidade de Coimbra, ou de Frei Manuel do Cenáculo, da Ordem Terceira de S. Francisco, sucessivamente prelado de Beja e de Évora. Mas os protagonismos não se ficam por estas figuras da *élite* eclesiástica e intelectual do pombalismo:

§ É o caso de outro teólogo oratoriano, António Álvares, e das suas alegadas “teses jansenistas”, longamente analisadas ao longo 14 páginas;

§ é também o caso de um “jansenista assumido”, o ex-oratoriano Lucas Tavares, longamente objecto de análise;

§ é, por último, o caso do oratoriano portuense Pe António Cardoso e do seu ideário, indubitavelmente jansenista, sobre a usura; e é com este autor que se encerra a secção texto do volume.

Relativamente á documentação que consustancia a II Parte da Obra, os destaques podem ir para, por exemplo:

§ Um texto de Pereira de Figueiredo que nos aproxima do seu pensamento teológico;

§ o já mencionado prelado D. João Cosme da Cunha e a tradução, em 1765, do *Catecismo de Montpellier*;

§ as cartas que o beneditino Fr. João Batista de S. Caetano escreve a Duparc de Bellegarde (1770-1772);

§ as mencionadas “teses” de António Álvares;

§ ou a *Apologia* do *Catecismo* de Feydeau, por Lucas Tavares (1817).

E tal o meu périplo possível, necessariamente breve e rápido, pelas 312 páginas desta Obra de Cândido dos Santos.

Vai sendo, portanto, tempo de me aproximar do final.

A problemática do jansenismo conservava actualidade *in illo tempore*, nos finais dos anos 60 / princípios dos 70, quando fui aluno do Doutor Cândido dos Santos nesta Casa. Os admiradores da «nouvelle vague» do Cinema francês (e que pena não estar aqui o Doutor Vítor O. Jorge !...) recordarão por certo um filme de Eric Rohmer datado de 1969, *Ma nuit chez Maud*²; a personagem do católico conservador Jean-Louis, desempenhada por Jean-Louis Trintignant, trava um diálogo sobre *pecado* com a personagem da marxista e ateia Maud, desempenhada por Françoise Fabian; esta última, em desacordo com o interlocutor, atira-lhe a dado momento com a ‘acusação’:

- Vous êtes terriblement janséniste !...

Curiosamente, este filme foi referido no mesmo ano lectivo, numa aula de *Cultura Moderna*, pelo Doutor José António Ferreira de Almeida (1913-1981)...

E hoje ? Deixando a óbvia problemática da relação entre poderes e centrando-me na estrita prática religiosa, interrogar-me-ei se a ideia, cara a alguns jansenistas, de que só repetidas e sucessivas apresentações ao sacramento penitencial tornariam um crente apto a receber a Eucaristia será nos nossos dias algo de totalmente desaparecido ou antes de apenas adormecido...

Para além da actualidade da problemática versada pelo livro, o Doutor Cândido dos Santos, aos três quartos de século de idade biológica, revela-se *em plena forma*, não só como historiador, como vimos, mas também como Mestre, tendo agora em conta as virtualidades didácticas da documentação reunida na 2.^a parte, em contexto de cadeiras e seminários de História Cultural e Religiosa dos séculos XVI a XVIII. Que assim continue por muitos e bons anos: tais são os votos que efusivamente formula este S. antigo aluno.

Armando Luís de Carvalho HOMEM

² Veja-se a ficha deste filme em www.imdb.com/title/tt0064612/ (consultado em 2009/10/26).

Recensão

VALDOSENDE: ORIGEM DE UMA MINORIA PROTESTANTE EM TERRAS DO GERÊS

Rosa Maria Lopes (2009)

Porto: Edição da autora

Os traços da modernidade que marcaram o ocidente europeu depois da II Guerra Mundial – crescimento económico, intensificação dos fluxos migratórios, desenvolvimento tecnológico, aumento dos níveis de escolaridade e secularização, só para citar alguns exemplos – poucas repercussões tiveram em Portugal.

Ao escrever sobre uma pequena aldeia perdida nas franjas do Gerês, Rosa Maria Lopes revela a preocupação de contextualizar a história sobre aquele lugar no quadro geral da sociedade portuguesa dos anos sessenta do século XX: os baixos índices de desenvolvimento económico e social, a iliteracia, a emigração para os países desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos, o monolitismo religioso, o fechamento em relação ao mundo, este agravado por guerras coloniais sem fim à vista.

No que respeita à homogeneidade da paisagem religiosa, de recordar que o país nunca tinha conhecido a reforma protestante. Depois da expulsão e conversão de muçulmanos e judeus, as primeiras minorias religiosas surgiram apenas em finais do século XIX como fenómeno de importação, por via de estrangeiros, de tradição protestante e evangélica, cá radicados. Tal diversificação, estatisticamente exígua, não pluralizou a sociedade portuguesa e a abertura religiosa do tempo de curta duração da Primeira República foi efémera e inconsequente. Isto explica uma secularização tímida, tanto em termos de práticas e crenças religiosas individuais como, no plano macro-societal, dada a proximidade que o Salazarismo estabeleceu sempre com o catolicismo romano, com vista a uma legitimação religiosa do poder político.

Valdosende foi, antes de se tornar o “caso especial”, um caso ilustrativo desse Estado Novo em agonia. O lugar do Assento da freguesia de Valdosende exemplifica adequadamente o norte rural português. Em finais de sessenta e inícios de setenta do século passado, a aldeia, tal como refere a autora, tem as suas melhores terras de cultivo submersas no Cávado, devido à construção da barragem da Caniçada. Como se tal não bastasse, a lei de florestamento dos baldios, que remontava aos anos trinta, empobreceu o rebanho de cabras. Pastores e agricultores transformavam-se em madeireiros, cortando troncos e vendendo-os. E é neste quadro de depauperização acelerada que os habitantes de Valdosende se vêm confrontados com as exigências de um pároco que impõe a construção de uma nova residência paroquial.

Assim nasce e se agudiza o conflito que mobiliza a comunidade – onde as mulheres assumem um protagonismo determinante – a escrever a arcebispo, cardeal e Papa. Sem sucesso. A situação vira desespero, pois é atingido o ponto em que não há quem celebre os rituais de passagem nem assegure os momentos religiosos do ano litúrgico. Uma comunidade reunindo muitas, senão todas, as características do ideal-tipo camponês, vê-se destituída da sua dimensão sagrada a qual, como se sabe, é indissociável de toda a vida colectiva camponesa. Acima de tudo, a honra colectiva, sustentáculo a sua identidade, fica exposta à humilhação e vê-se sob estado de ameaça.

É isso que determina o passo decisivo de procura de uma igreja protestante. Havia que rapidamente, sob que modalidade fosse, ressacralizar a vida social. Apesar da teologia protestante ter na sua essência a importância da conversão individual, a mudança religiosa opera-se aqui colectivamente – quase 100 profissões de fé num único culto em 1972. A ressociação na nova fé só depois acontece. O processo de conversão, reconheça-se, foi facilitado pelo facto de o pastor da Igreja Metodista de Braga e respectiva esposa possuírem uma sensibilidade ímpar relativamente ao problema com que foram confrontados e a consciência plena de que a inevitável ruptura religiosa não poderia, por um lado, anular as tradições populares da cultura camponesa nem, por outro, consubstanciar-se num discurso anti-católico romano.

Quase repentinamente Valdosende transfigurou-se em palco e actor de uma mudança que o recolocou tanto no campo religioso como no campo social. De pequeno ponto no “mar do catolicismo”, aquele lugar reemergiu, de forma sísmica, como ilha – expressão aliás utilizada pela imprensa da época. Reformulando a metáfora, ocupando um lugar despercebido na centralidade hegemónica do mundo católico, arriscou mudar-se para as margens ocupadas pelas religiões minoritárias, sujeitando-se a todo o tipo de fragilidades que tal implica.

A forma como Valdosende sobreviveu lembra-nos o estatuto das minorias religiosas de outras épocas. Não as das democracias do século XX mas das minorias antes da Reforma do século XVI e mesmo depois dela. Tal como, no passado, muçulmanos na Europa cristã e judeus e cristãos sob o Império Otomano, Valdosende passou a ser considerada como um grupo à parte, uma espécie de corporação com uma cultura específica. E, como sabemos, as minorias religiosas são, à partida, desprovidas de poder, recursos e oportunidades face aos detidos por Igrejas maioritárias, com quem o Estado (mesmo o secular) elege sempre como interlocutor principal.

Pesem todos os obstáculos, a população de Valdosende, sob a orientação a igreja Metodista, enveredou pela acção. Numa primeira fase, foi lançado um plano de SOS com vista a dar resposta às situações mais dramáticas de carência de bens de primeira necessidade (alimentos, roupas), cujas crianças eram as primeiras vítimas. Entretanto, foram sendo concebidos os projectos. A construção do templo foi uma necessidade prioritária. Independentemente da questão utilitária – criação de um espaço para o culto religiosos -, a dimensão simbólica nele implicada permitiu a restituição da dignidade colectiva da aldeia.

Uma vez recuperado o sagrado materializado no templo, a Igreja Metodista procurou levar a cabo projectos de cariz social, segundo uma lógica de desenvolvimento auto-sustentado, que a autora dá conta no texto, não escamoteando as conflitualidades presentes em muitas das iniciativas encetadas.

Utilizando um conceito sociológico recorrente, Valdosende reterritorializou-se: consolidou-se localmente mas adquiriu, de igual modo, uma projecção sui generis ao nível de igrejas e organizações protestantes europeias. Paradoxalmente, ao protestantizar-se aquele lugar simultaneamente guetizou-se (do ponto de vista religioso) e passou a pertencer um mundo maior, estabelecendo redes dentro da sociedade portuguesa e fora dela.

Valdosende está longe de ser, do ponto de vista sociológico, um fenómeno que tivesse repercussões estatísticas ou efeitos de proliferação causadores de impacto no mundo religiosos minoritário português. Os meios de comunicação social, ainda que lhe tenham prestado alguma atenção, estavam longe de ter a capacidade de noticiar e potenciar como actualmente. Além disso, o quadro não era propriamente democrático. Valdosende é, como se disse, um fenómeno que se opera nas margens. Este livro é claro quanto a isso. E o seu valor reside precisamente aí. A análise de um fenómeno minoritário contribui, sem qualquer dúvida, para uma compreensão mais aprofundada da nossa sociedade e dos processos sociais nela em curso.

Helena Vilaça
Socióloga